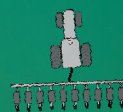
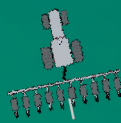
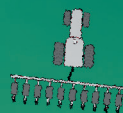
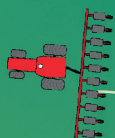


INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

proposições teóricas
e aplicadas para estudos
rurais



JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA
PAULO DABDAB WAQUIL
(Organizadores)



A publicação constitui uma oportunidade de dar a conhecer os estudos e as pesquisas que estão sendo desenvolvidos no campo da economia institucional, sob perspectivas heterodoxa e evolucionária, em nosso país. Espera-se que a divulgação dessa obra ajude a compreender o campo de estudo da economia institucional, e estimule a realização de novos esforços de pesquisas acadêmicas e consequente publicação sobre a realidade contemporânea.

Prof. Silvio A. F. Cario
Programa de Pós-Graduação em
Economia - UFSC

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil
(Organizadores)

INSTITUIÇÕES, REGRAS E
HÁBITOS: proposições teóricas e
aplicadas para estudos rurais

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Arte da Capa: shutterstock_Nattapol_Sritongcom/Openclipart public domain/
Pexels, Pixabay

Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

IN59

Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais / João Garibaldi Almeida Viana, Paulo Dabdab Waquil (organizadores) – Curitiba : CRV, 2020. 242 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-295-0

ISBN Físico 978-65-5868-278-3

DOI 10.24824/978655868278.3

1. Economia 2. Desenvolvimento rural 3. Economia institucional 4. Economia rural I. Viana, João Garibaldi Almeida. org. II. Waquil, Paulo Dabdab. org. III. Título IV. Série

CDU 338.43

CDD 333.7

Índice para catálogo sistemático

1. Economia 330

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL

EM FORMATO DIGITAL.

CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFSF)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Ana Monteiro Costa (UPE)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Nunes (UnB)
Antonio Isidro da Silva Filho (UNB)
Armando João Dalla Costa (UFPR)
Breno de Paula Andrade Cruz (UFRJ)
Carlos Alberto Ramos (UNB)
Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)
Claudio Gontijo (UFSJ)
Daniel Arruda Coronel (UFSM)
Eduardo Armando (FIA)
Jose Carlos de Souza Santos (USP)
Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)
Mauricio Sardá de Faria (UFRPE)
Renata gomes de Jesus (IFES)
Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)
Walter Bataglia (MACKENZIE)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA RURAL: elementos analíticos a partir do Institucionalismo Evolucionário

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil

A agricultura é um bom exemplo de um sistema reverberante, onde os ecos não morrem, e compõem um processo em curso de irreversíveis mudanças evolucionárias (BOULDING, 1981, p. 795).

Introdução

A economia rural é um ramo da economia que investiga as relações entre as organizações rurais, os mercados e o Estado, utilizando o método científico e a teoria econômica para encontrar respostas para os problemas agroalimentares. No entanto, esta área de pesquisa tem mantido certo conservadorismo em relação aos seus pressupostos de análise e, embora a agricultura seja um setor em transformações contínuas, a literatura especializada ainda mantém relação estreita com a economia neoclássica e seus pressupostos “imutáveis”.

A emergência da teoria neoclássica como parte do *mainstream* econômico consolidou pressupostos e métodos para a compreensão econômica das dinâmicas rurais a partir do final do século XIX, e o setor agrícola começou a ser analisado a partir de instrumentos estáticos de oferta e demanda, funções de rendimentos marginais decrescentes, modelos de maximização de lucros e otimização da utilização de recursos. Ao longo do tempo, adicionaram-se à análise agrícola pressupostos neoclássicos como racionalidade substantiva, fluxo de informações simétricas, equilíbrio e mercados competitivos.

Durante o século XX, o mundo rural sofreu intensas transformações, modificando tanto a estrutura produtiva do setor agrícola, como também os indivíduos responsáveis pelos processos de desenvolvimento. Apesar destas transformações terem originado uma nova dinâmica nos mercados agroalimentares, muito diferente da encontrada no fim do século XIX, os instrumentos dominantes de análise da economia rural permaneceram praticamente inalterados.

A maior interação do rural com o urbano, bem como o processo de industrialização da agricultura e suas consequências econômicas e sociais trouxeram novas características aos mercados agrícolas, desconectadas dos pressupostos da economia neoclássica, como: comportamento dinâmico, existência de

desequilíbrios, choques e instabilidades, assimetria de informações nos mercados, produções voltadas à tradição, cultura e sustentabilidade, a racionalidade limitada dos indivíduos, o intenso processo de inovação agroindustrial, as economias de escala e escopo, imperfeições de mercado, novos arranjos de comercialização, o aprendizado, os benefícios da interação dos indivíduos e a permanente influência de instituições.

Algumas transformações do ambiente rural estimularam a aplicação de conceitos heterodoxos, como no caso do papel das instituições (como regras formais) e das estruturas de governança na coordenação das cadeias agroindustriais, baseados no arcabouço teórico da Nova Economia Institucional (NEI) (ZYLBERSZTAJN, 1995; AZEVEDO, 2000). Porém, na NEI, permanece o viés estático de análise e não há nenhuma instituição anterior a ser explicada. As instituições importam, mas são dadas dentro de um quadro geral. Nessa perspectiva, não haveria nenhuma estrutura cultural e social anterior – não há passado (HODGSON, 1998).

Acredita-se que os pressupostos de análise da NEI e instrumentos de base neoclássica, como estimação de curvas de oferta e demanda, elasticidades, análises de transmissão de preços e construção de cenários continuam sendo elementos relevantes para o estudo da economia rural e do setor agrícola. Entretanto, podem ser conciliados com uma análise sistêmica e dinâmica, mais compatível à realidade rural.

O Institucionalismo Original nasce como corrente teórica no final do século XIX, buscando reconhecer a importância das instituições e proclamar a necessidade de uma economia evolucionária genuína. Denominou-se essa abordagem de “original” a fim de diferenciá-la da NEI, precedendo-a na história do pensamento econômico. Seus trabalhos ofereceram diferentes perspectivas sobre a natureza do indivíduo, com base no conceito de hábito, sem a preocupação com uma “teoria do tudo”, como na física, mas aproximando-se de uma teoria da mudança, como a biologia evolutiva (HODGSON, 1998). Mais recentemente, a literatura relativa aos processos de inovação (neo-schumpeterianos) e a evolução das instituições (institucionalistas originais) inspiraram ideias evolucionárias, e têm demonstrado que a perspectiva evolutiva na economia pode fornecer um arcabouço teórico útil para pesquisas aplicadas (DOSI; NELSON, 1994). Essa aproximação recente, liderada por Geoffrey Hodgson, representa os desenvolvimentos contemporâneos da teoria, culminando na proposição de um Institucionalismo Evolucionário¹⁶.

Essa perspectiva do Institucionalismo, mesmo tendo origem no século XIX, só veio a ser utilizada em estudos rurais mais recentemente, baseada em perspectivas interdisciplinares, que reconhecem a importância das instituições,

16 Conforme Rutherford (1996), as recentes contribuições institucionais e evolucionárias na economia estão representadas nas páginas do *Journal of Economic Issues*. Ainda, destacam-se os movimentos realizados pela *Association for Institutional Thought* (AFIT) e *Association for Evolutionary Economics* (AFEE).

a partir de hábitos, tradições, normas de comportamento, como parte fundamental do sistema econômico, e não apenas como um ambiente institucional dado, como determinado pela NEI.

Dessa forma, no campo da economia rural, ainda prevalece a carência de pesquisas que visem analisar problemas a partir de pressupostos do Institucionalismo Evolucionário, ou seja, que adotem como centro de análise o processo de mudança, os desequilíbrios, o indivíduo como ativo, a importância de hábitos e costumes e a compreensão das instituições e da história como fatores fundamentais para entender o presente e projetar o futuro. Portanto, esse capítulo tem por objetivo apresentar conceitos centrais do Institucionalismo Original e Evolucionário e, a partir destes, apontar elementos analíticos para estudos na área de Economia Rural.

Institucionalismo: origem, conceitos de instituições e evolução

O termo “Economia Institucional” foi apresentado pela primeira vez por Hamilton (1919), o qual reconhecia que a economia deveria ser compreendida por uma teoria do comportamento humano, tendo as instituições como elemento central para explicá-la. A origem desse corpo teórico deve-se aos estudos de Thorstein Veblen (1898), seguidos de Wesley Mitchell (1910) e John R. Commons (1931), que alicerçam a corrente denominada de Institucionalismo Original.

O conceito central do Institucionalismo Original é o caráter ativo do indivíduo, sendo determinante na evolução da vida econômica. É a partir do indivíduo, e de sua coletividade, que se originam as instituições: elemento fundamental do processo econômico. Para Veblen (1898), instituições são hábitos de pensamentos individuais estabelecidos pelo pensamento comum. Os hábitos são consequências dos processos compartilhados por um número de pessoas em uma dada sociedade.

Quanto mais antigo o hábito, mais legitimado ele se torna; e quanto mais um hábito coincidir com os costumes, mais persistentemente ele se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana forem tendências já profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história de vida de um determinado grupo (VEBLEN, 1899). Se os hábitos de pensamentos transformam a estrutura social, os indivíduos tornam-se agentes ativos na vida econômica e a direção da sua atividade individual é determinada pelo seu temperamento, hereditariedade, experiência e tradições. Ou seja, no decorrer da ação, o agente também contribui individualmente para modificar o ambiente no qual está inserido (RUTHERFORD, 1998).

Veblen (1898) construiu uma teoria da mudança e buscou compreender os efeitos do progresso técnico na economia sob um estado estático de equilíbrio e sob um processo evolucionário (HODGSON, 1993). As ideias da Teoria

da Evolução de Darwin sempre estiveram presentes nos trabalhos de Veblen e o Darwinismo é encontrado no conceito de instituições como unidades de seleção (HODGSON, 2005), na afirmativa de que a economia é “um processo causal infinito de natureza cumulativa sem jamais alcançar o equilíbrio” (HODGSON, 1992, p. 290) e no argumento de que “com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a competição é provavelmente o mais forte, alerta e persistente dos motivos econômicos” (VEBLEN, 1899).

A história econômica, na ótica vebleniana, é um voo cego, em contraste aos movimentos dialéticos e o processo determinístico ou em progresso. Assim, Veblen rompe com o futuro teleológico, finalístico, do Marxismo e dos Neoclássicos e com a visão de que a economia move-se em direção a um final benevolente; a economia não é baseada no equilíbrio e o fim não é benevolente e nem malevolente, mas depende do ângulo utilizado para interpretá-lo (DUGGER, 1988).

O Institucionalismo Original é uma abordagem comportamental e analisa o comportamento dos indivíduos diante de escolhas. As escolhas são voluntárias ou involuntárias, impostas individualmente ou por princípios de ação coletiva (COMMONS, 1934). John Commons foi um importante pensador institucionalista que influenciou a Economia do Comportamento de Herbert Simon, a Nova Economia Institucional de Oliver Williamson e Douglass North, o Pós-keynesianismo e a Teoria da Regulação (HODGSON, 1998). Commons (1934) empenhou-se em encontrar uma circunstância universal, comum em todo comportamento conhecido como institucional, e então, definiu uma instituição como “uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual”.

A ação coletiva abarca desde costumes desorganizados até interesses sociais. O princípio comum a todos os elos é o maior ou menor controle, liberação, e ampliação da ação individual mediante a ação coletiva, que resulta em um ganho ou uma perda para outro indivíduo. A ação coletiva é mais universal na forma organizada de costumes do que na forma organizada de interesses. Os costumes transformam-se ao longo do tempo, conforme se modifica o ambiente econômico (COMMONS, 1934).

Para Commons (1931), as instituições determinam o que o indivíduo pode (ou não pode), deve (ou não deve) fazer, sob sanções coletivas. Assim, um mundo de instituições na forma de ações coletivas é um mundo em mudança constante, em que o futuro torna-se incerto. Destaca-se que, no pensamento de Commons (1934), o conceito de instituição forma padrões de conduta, enquanto no pensamento de Veblen (1898) a instituição é mais flexível e libertária.

O pensamento evolucionário pode ser encontrado em John Commons na forma como o autor trata o papel do indivíduo nas transações econômicas. Para que a Economia Institucional seja evolutiva, torna-se necessário, para sua

compreensão, uma psicologia institucional, uma psicologia das transações ao invés de uma psicologia individualista e hedonista. A compreensão científica da psicologia institucional requer o entendimento de mudança, da personalidade dos indivíduos e das semelhanças e diferenças das circunstâncias em que se encontram os indivíduos (COMMONS, 1934).

A obra de John Commons se destaca pela busca de uma organização teórico-metodológica a fim de estimular estudos aplicados às realidades econômicas institucionais. Os legados de seu pensamento foram: a construção de um caráter ontológico institucional, a natureza do ambiente teórico institucionalista; a consolidação de pressupostos teóricos e; a busca em formular um método de análise. Estes esforços influenciaram o pensamento de Williamson (1993), que destaca as contribuições de Commons para a Nova Economia Institucional: visão dinâmica das instituições; formulação da transação como unidade básica de análise; análise da relação entre a parte e o todo; e, apreciação histórica de como os hábitos, antecedentes legais e leis de uma sociedade evoluem para um padrão coletivo de comportamento.

Evidencia-se nas ideias de Veblen (1898) e Commons (1934) o rompimento com a concepção do indivíduo como “dado”, maximizador e hedonista, e a formulação de uma teoria institucional que posiciona o indivíduo como o agente da mudança por meio de seus hábitos de pensamento comuns e coletivos, que, ao longo do tempo, formam a estrutura institucional vigente.

O Desenvolvimento de um Institucionalismo Evolucionário

As ideias do Institucionalismo Original caíram no ostracismo após 1930 devido às mudanças ocorridas nas ciências sociais, especialmente a partir da consolidação do método matemático e da filosofia positivista. Ainda, dentro da Economia Institucional, o pensamento original foi suplantando pela crescente teorização e aplicação da NEI. Contudo, a partir da década de 1980, um grupo de acadêmicos retomam o Institucionalismo Original e o aproximam de uma teoria econômica evolucionária (HODGSON, 1998).

Liderado por Hodgson (1998), Rutherford (1998), Dugger (1988) e Samuels (1995), esse movimento resgata a importância dos conceitos centrais do Institucionalismo Original, em especial de Veblen, e os aproxima do crescente vigor teórico da tradição neo-schumpeteriana (CONCEIÇÃO, 2001; 2002), concebendo uma abordagem que pode ser denominada de Institucionalismo Evolucionário. A convergência entre as escolas institucionalista e neo-schumpeteriana reside na evolução das instituições e sua influência na mudança tecnológica. A causação circular cumulativa de Veblen nada mais é do que um sinônimo para o *path dependence* evolucionário.

Um dos principais autores desse movimento, Hodgson (1992) aponta os principais pressupostos que balizam o Institucionalismo Evolucionário e motivam pesquisadores a utilizar-se de metáforas evolucionárias no campo econômico:

- a) a ideia de um processo de causação cumulativa em oposição às descrições da economia como algo que se desenvolve rumo a uma situação de equilíbrio;
- b) a analogia entre o processo de seleção natural dos organismos biológicos e o processo seletivo no mundo social;
- c) a diversidade taxonômica da economia por meio da diversidade de indivíduos, de variações, mutações e dinamismos; e
- d) a necessidade de uma análise evolucionária abranger os três princípios darwinianos de variação, herança e seleção.

Nessa perspectiva, o corpo teórico institucional se constitui pela ênfase na evolução econômica e social. A cultura apresenta um aspecto dual, como processo cumulativo de causação e coevolução. A análise institucional é pluralística, não pode se desvincular de uma análise histórica e relaciona as instituições, a estrutura social e o comportamento dos indivíduos (SAMUELS, 1995).

Ao conceituar instituições, utiliza-se de forte influência de Veblen. As instituições são “hábitos de pensamento comuns ao ser humano de uma forma geral” (HODGSON, 1992, p. 287). Os hábitos de pensamento, que se tornam rotinizados por um determinado número de pessoas em uma sociedade, são formados a partir dos instintos, que, por sua vez, também são formados pelas instituições, em um processo de coevolução (HODGSON, 1992). Sob um sentido evolucionário, os hábitos e as instituições têm dimensões conectivas (a situação de hoje forma as instituições de amanhã) e são análogas aos genes na biologia. A evolução da estrutura social se consolida como um processo de seleção natural das instituições (HODGSON, 1993).

Constata-se a presença marcante de analogias biológicas. A ideia de evolução das instituições como um processo de variação, herança e seleção social é a o aspecto central do desenvolvimento recente da teoria. Nas palavras de Rutherford (1998), a evolução das instituições é determinada pelas condições materiais e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana. Os instintos são as condições iniciais para a evolução cumulativa de hábitos e de instituições. Contudo, o elemento crucial é o desenvolvimento cultural subsequente, onde o ambiente disciplina o pensamento e a ação dos indivíduos. Os hábitos de pensamento incorporados em instituições são suportados pela sanção social, e podem se estabilizar na forma de leis, tornando os esquemas institucionais mais permanentes (RUTHERFORD, 1998).

Assim, a cultura, as tradições e as normas de comportamento de um povo ou nação são tão ou mais importantes que seu sistema legal. Para Hodgson

(1992), hábitos podem ser moldados ou introduzidos pela cultura, pela prática cotidiana e pela tecnologia – uma linha habitual de conduta leva a uma linha habitual de pensamento. Os hábitos de pensamento, sob a forma de instituições, não são fundados simplesmente em instintos, mas também em cultura e ação (HODGSON, 1992), e duram mais que os indivíduos. Ao invés de buscar explicar quem veio primeiro, indivíduos ou instituições, dever-se-ia desvendar os processos que levaram ao desenvolvimento de ambos (HODGSON, 1998).

Nesse sentido, para Hodgson (1998) é possível traçar características comuns ao conceito de instituição na teoria institucional:

- a) As instituições envolvem a interação de agentes;
- b) As instituições são formadas por hábitos e rotinas comuns;
- c) As instituições sustentam e são sustentadas por hábitos compartilhados;
- d) Embora não sejam imutáveis, as instituições apresentam qualidades duráveis; persistentes e auto-reforçadas;
- e) As instituições incorporam valores de uma sociedade e reforçam sua legitimidade moral.

Nota-se que o conceito de instituição do Institucionalismo Evolucionário é mais amplo e libertário que o conceito expresso na NEI. Nessa concepção, as “regras do jogo” da NEI são apenas parte de um quadro institucional complexo e determinado pela natureza humana. Essa perspectiva ampla do conceito de instituição, expressa na importância dada as normas de comportamento da sociedade, está presente inclusive nas recentes publicações de Douglass North. North (2005) expõe ideias capazes de integrar uma abordagem “micro”, baseada no indivíduo, do Institucionalismo Evolucionário, com um esquema de mudança econômica “macro”, baseado na coevolução ente realidade empírica, crenças, tecnologias, instituições e políticas. Nessa visão, North destaca a importância das “regras informais da sociedade”, e reedita o desempenho econômico de regiões e países em função da mudança evolucionária das instituições e da tecnologia.

Outro ponto fundamental do Institucionalismo Evolucionário é a ideia de “voo cego”, ou “movimento não-teleológico”. Não há intenção, propósito e planejamento durante o processo de desenvolvimento da economia; mesmo assim os indivíduos são atores com propósitos, portanto, a evolução institucional ou cultural deve ser considerada como o resultado involuntário de processos causais, em constante mudança institucional (RUTHERFORD, 1998).

Para Rutherford (1998) a mudança institucional é um processo que segue: i) um *start*, a partir de instintos e/ou instituições sociais; ii) influência dos ambientes dos indivíduos que visam determinados objetivos; iii) alteração do padrão material de vida; iv) novos hábitos de pensamento; v) instituições anteriores tornam-se retrógradas. Dentro deste processo de mudança institucional, busca-se encontrar,

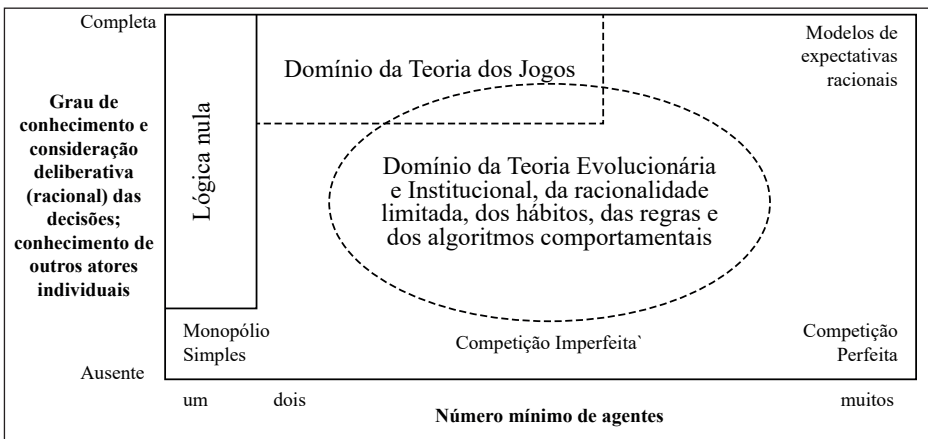
através dos padrões e regularidades do comportamento humano, uma quantidade de imitação, inércia e de “causalidade cumulativa” (HODGSON, 1998).

Neste sentido, Hodgson (1997) critica o reducionismo neoclássico que reduz o todo ao indivíduo racional, otimizador e maximizador e o ambiente “macro” resultante apenas da soma dos indivíduos. Para Hodgson (1997), romper com o reducionismo não quer dizer romper com o indivíduo, mas tratar o mesmo sem o individualismo metodológico e de forma evolucionária, onde o conceito de instituição conecta o mundo microeconômico das ações individuais, do hábito e da escolha, com a esfera macroeconômica.

Dessa crítica ao individualismo metodológico, emerge um conceito central do Institucionalismo Evolucionário. A conexão entre instituições e indivíduos resulta em propriedades emergentes, fundamentais à mudança estrutural e ao desenvolvimento econômico, que são produzidas a partir de um processo de “*upward and downward causation*” entre indivíduos e instituições, ou seja, os hábitos e as escolhas reforçam e são reforçados pelas instituições. As interações consolidam um ambiente macroeconômico que estimula a mudança em um ambiente evolucionário (HODGSON, 1997). Portanto o indivíduo é afetado pelo quadro institucional vigente e, ao mesmo tempo, determina com seus hábitos e ações o quadro institucional futuro.

Dentro do arcabouço geral da teoria econômica, Hodgson (2007) posiciona o Institucionalismo Evolucionário como apresentado na Figura 1. A dimensão horizontal refere-se ao número mínimo de atores na teoria em questão. A dimensão vertical refere-se ao grau de conhecimento assumido, a consideração deliberativa (racional) das decisões e o conhecimento de outros atores na teoria.

Figura 1 – Mapa do domínio do institucionalismo na teoria econômica



Fonte: Adaptado de Hodgson (2007).

Na região central da figura reside o domínio da teoria econômica evolucionária e institucional. Estas teorias, da mesma forma que a Teoria dos Jogos, assumem um mundo estruturado sob inter-relações limitadas e dominadas por regras. No entanto, ao contrário da Teoria dos Jogos, a teoria institucional adota uma visão mais limitada das capacidades e da deliberação de decisões por parte dos indivíduos. A tomada de decisão ocorre em um contexto de complexidade e incerteza, limitando o raciocínio lógico. O foco analítico sobre o equilíbrio se torna menos central, e seus fundamentos ontológicos incluem estruturas institucionais e processos que envolvem **hábitos e regras** (HODGSON, 2007).

Assim, Hodgson (2007) argumenta que um dos fatores que inibem o uso potencial do Institucionalismo Evolucionário na economia é o perfil da modelagem matemática utilizada nos estudos econômicos e a falta da interdisciplinaridade e do conhecimento holístico na formação econômica. Esses fatores expostos por Hodgson (2007) também podem ser utilizados para explicar o limitado uso da teoria em estudos rurais. Portanto, para melhor posicionar a aplicabilidade do Institucionalismo Evolucionário na Economia Rural, faz-se necessária uma discussão comparativa de seus principais aspectos conceituais e metodológicos com a corrente teórica dominante: a Economia Neoclássica.

Economia Neoclássica e o Institucionalismo Evolucionário: diferenças conceituais e metodológicas para a Economia Rural

O recente ressurgimento do interesse nas teorias econômicas institucional e evolucionária se deve, fundamentalmente, à insatisfação com o modo que a economia ortodoxa lida com os processos de mudança tecnológica e com qualquer tipo de transformação que altera a forma e a dinâmica do sistema econômico (SAVIOTTI; METCALFE, 1991).

As características de cada corrente econômica devem-se ao ambiente científico vivido na época de suas origens: a teoria clássica no século XVIII, sob a influência dos trabalhos de Newton, e o Institucionalismo Original, no século XIX, sob a influência da Teoria da Evolução de Darwin. A teoria econômica neoclássica e a construção de seus pressupostos de natureza humana, universo social e progresso refletem as leis mecânicas, fixas e repetitivas newtonianas. Em contraste, o Institucionalismo está baseado numa evolução constante e cumulativa, onde seus pressupostos de natureza humana, organização social e progresso fazem parte de um processo de mudança evolucionária de origem darwiniana (HAMILTON, 1990).

Stanfield (1999) argumenta que o Institucionalismo difere-se do *mainstream* econômico em escopo, método e significância. O escopo do *mainstream* econômico baseia-se em uma ciência da escolha, que consiste em examinar a alocação de recursos, a fim de atingir o máximo rendimento real. Os desejos

dos indivíduos são infinitos, os recursos são finitos, mas ambos são dados. Para o Institucionalismo, os desejos individuais e os recursos estão disponíveis e são parte das variáveis a serem explicadas. Os desejos humanos e a tecnologia se modificam, redefinindo o escopo de recursos disponíveis. Estas mudanças emergem do exercício do poder e do hábito. O método do Institucionalismo difere-se do *mainstream* econômico na ênfase dada aos testes econométricos para generalizações. A econometria faz parte do escopo metodológico do Institucionalismo, porém agrega-se, a estes métodos, informações empíricas qualitativas de natureza histórica e cultural, observação participante e estudos comparativos. A significância do Institucionalismo está baseada na ênfase evolucionária da mudança social e na inclusão do poder e da cultura em seu campo de análise. Desejos, tecnologias e recursos são endógenos, ao contrário da tradição econômica.

A principal diferença entre as correntes econômicas neoclássica e evolucionária reside no **conceito de mudança**. Os economistas neoclássicos visualizam a mudança de forma descontínua, e a tratam como um processo de restabelecimento do equilíbrio ou estado de quiescência. A causa da mudança é independente da economia e causada por distúrbios gerados fora do sistema. Assim, um novo ajustamento deve ser feito em resposta aos distúrbios para rearranjar o equilíbrio. Por outro lado, o Institucionalismo Evolucionário considera a mudança como parte do processo econômico. O sistema econômico está constantemente submetido a um processo de mudança cumulativa; e o estudo da economia se torna um estudo deste processo (HAMILTON, 1990).

Nessa perspectiva, institucionalistas como Veblen (1898), Commons (1934), North (1990) e Hodgson (1998) realizaram críticas aos pressupostos do *mainstream* econômico. Para Commons (1934) a economia ortodoxa é uma escola hedonista, que busca compreender a relação homem–natureza, onde o comportamento de troca de mercadorias se dá de forma individualista e a unidade de análise é a mercadoria produzida por trabalho. Em contraste, para Commons (1934), a economia deveria se preocupar com as transações e as regras de funcionamento da ação coletiva, buscando compreender a relação homem–homem, onde a unidade de análise é a transação. O institucionalismo determina o controle legal das coisas, enquanto o neoclassicismo determina o controle físico das coisas (COMMONS, 1931).

Para Veblen (1898), o problema da economia neoclássica é que a natureza humana é concebida unicamente de forma hedonista, passiva, inerte e imutável. A concepção hedonista do homem é aquela calculadora de prazeres e dores, que oscilam como um glóbulo homogêneo de desejos. Este homem não tem antecedentes e nem consequências. É um dado humano em equilíbrio estável, exceto por forças que o chocam e o movem em uma direção à outra.

Quando o impacto da força diminui, descansa como um glóbulo de desejo. O homem hedonista não é um promotor de nada, é apenas um homem sujeito às circunstâncias externas (VEBLEN, 1898).

Como pontuado, a Economia Neoclássica assume indivíduos dados, ou seja, fixa direitos e liberdades. Mas se direitos e liberdades são regras mutáveis, a partir de instituições, não há como prever um quadro futuro. Não há nada predestinado pelo equilíbrio ou pelas leis da natureza (COMMONS, 1931). Nesta linha, para Hodgson (1998) um indivíduo governado por preferências dadas é um prisioneiro do seu ambiente social, é um robô programado por uma função utilidade. Não há nenhum livre arbítrio e possibilidade de escolha nessa forma de ser. Portanto, para Veblen (1898), a ação econômica deve ser a razão de ser da economia, ou seja, é no material humano, e não nos recursos, que o processo de desenvolvimento deve ser estudado.

Por sua vez, para North (1990), em uma perspectiva macro analítica, a Economia Neoclássica é uma teoria inapropriada para analisar e prescrever políticas que induzam ao desenvolvimento econômico de países e regiões. O *mainstream* econômico se consolidou com a precisão matemática e a elegância de modelos considerando um mundo estático. Na análise do desempenho econômico através do tempo, a Economia Neoclássica apresenta duas falhas fundamentais: as instituições não importam e o tempo não importa (NORTH, 1990).

O desejo de North (1990) de compreender estas interações está presente na ideia evolucionária da mudança econômica. Para Metcalfe (2001), em uma teoria do equilíbrio o tempo passaria sem mudanças e sem um processo de causa e efeito. Neste sentido, a ideia neoclássica de “equilíbrio” não é nada mais que um modo formal para evitar problemas com os fatos reais. A abordagem evolucionária rejeita a “previsão perfeita” e o subjetivismo radical, o futuro pode ser imaginado e orientado. A perturbação do equilíbrio é a natureza evolucionária do capitalismo, o desafio está em capturar registros históricos, identificar a emergência de mudanças quantitativas e qualitativas para compreender o desenvolvimento de longo prazo (METCALFE, 2001). Em resumo, no argumento de Dopfer & Potts (2009), a economia neoclássica está voltada ao estudo do crescimento econômico por meio da maximização dos lucros e da otimização dos usos dos recursos, e uma abordagem evolucionária vincula-se ao estudo da evolução econômica, baseada numa análise das mudanças estruturais, institucionais e de conhecimento.

Sob este contexto comparativo, o Quadro 1 apresenta uma síntese das principais diferenças teórico-metodológicas da Economia Neoclássica e Institucionalismo Evolucionário, indicando os autores que teorizam sobre as distinções apresentadas.

Quadro 1 – Síntese das diferenças teórico-metodológicas entre a Economia Neoclássica e o Institucionalismo Evolucionário

Economia Neoclássica	Institucionalismo Evolucionário	Literatura
Influência Newtoniana	Influência Darwiniana	Hamilton (1990); Hodgson (1998; 2005); Nelson (2006)
Convergência ao equilíbrio	Desequilíbrios, choques, instabilidades, evolução.	Hodgson (1992); Nelson & Winter (2005)
Análise estática	Análise histórica e dinâmica.	Veblen (1898; 1899); Hodgson (1992); Nelson & Winter (2005); Dopfer (2005)
Indivíduo passivo e maximizador	Indivíduo ativo, não-maximizador: Influência de hábitos, tradição/cultura, ações coletivas	Alchian (1950); Commons (1934); Nelson & Winter (2005); Van den Bergh et al. (2007)
Análise disciplinar	Análise interdisciplinar	Nelson (2006); Hodgson (1998)
Modelos matemáticos formam a teoria	Modelos matemáticos auxiliam na compreensão da realidade empírica.	Stanfield (1999)
Mercado como meio para alocação de recursos	Mercado como instituição, como filtro de adaptação e seleção; construção social.	Magnuson (1994); Dopfer (2005).
Instituições não importam	Instituições importam; Permanente influência das instituições na economia	Veblen (1898; 1899); Metcalfe (2001); Dugger (1990); Hodgson (2004); Rutherford (1998); Nelson (2002)
Tecnologia exógena	Tecnologia endógena: imitação, aprendizado, inovação e P&D industrial.	Nelson & Winter (1974; 2002; 2005), Winter (2005), Nelson (1995); Freeman (1995); Freeman & Soete (2008)
O agregado (macro) é a soma dos indivíduos (micro)	O agregado é a soma e a interação entre os indivíduos. Propriedades emergentes e <i>"reconstitutive downward causation"</i>	Hodgson (1997; 2007); Samuels (1995)
Individualismo metodológico; hedonismo	Indivíduo como agente da mudança; variação, diversidade e rotinas.	Veblen (1898); Commons (1934); Nelson & Winter (2002; 2005); Hodgson (1993; 1997); Metcalfe (2001)
Irreversibilidade econômica	Causação circular cumulativa e <i>path dependence</i>	Veblen (1898, 1899); Nelson & Winter (2005); Van den Bergh et al. (2007)
Racionalidade substantiva	Falhas cognitivas; Racionalidade limitada	Simon (1955; 2005); Nelson (2008); Van den Bergh et al. (2007)
Futuro finalístico	Futuro não-projetado; voo cego; não-teleológico	Veblen (1898); Dugger (1988); Rutherford (1998)
Método de análise matemático	Métodos de análise quantitativos e qualitativos, observação participante, estudos comparativos, analogias biológicas, contextualização histórica e cultural.	Stanfield (1999); Dopfer & Potts (2009); Hodgson (2007); Frenken & Idenburg (2006)

Portanto, verifica-se no Institucionalismo um amplo quadro teórico-metodológico para estudos de economia rural. O item a seguir destaca os elementos analíticos para aplicações em estudos e projetos sobre as transformações no mundo rural, os processos de mudanças tecnológicas, as dinâmicas nos mercados agrícolas e agroindustriais. Os capítulos que vêm na sequência são frutos de trabalhos de pesquisa aplicada, utilizando esses elementos analíticos para a compreensão de diversos objetos de estudo.

Elementos Analíticos do Institucionalismo Evolucionário para o Estudo da Economia Rural

A principal contribuição analítica do Institucionalismo Evolucionário para a economia rural reside em entender as relações econômicas a partir do **comportamento humano**. Como enfatizado por Commons (1931), a abordagem sustenta sua teoria na relação homem-homem, ao invés da relação homem-natureza do *mainstream*. Partindo dessa premissa, os **indivíduos** tornam-se centrais na análise do mundo rural, visto que estabelecem hábitos, padrões de comportamento e regras de conduta que, interagindo coletivamente, produzem as instituições. Dessa forma, é a partir do papel ativo do indivíduo que as dinâmicas rurais emergem e consolidam um ambiente institucional e uma estrutura social vigente.

Para o Institucionalismo Evolucionário, o homem não é um simples punhado de desejos. Ele é uma estrutura ativa de propensões e **hábitos** que buscam realização e expressão. As circunstâncias são elementos constitutivos da estrutura cerebral do homem e são resultados de seus antecedentes, da sua história de vida, das suas características hereditárias, forjadas por tradições e convenções (VEBLEN, 1898). Dessa forma, o hábito é definido como uma propensão não-deliberativa e auto atuante envolvida em um padrão de comportamento geral. As crenças e o conhecimento prévio são a essência do estabelecimento do hábito (HODGSON, 1998). Os hábitos determinam as escolhas, que por sua vez, materializam uma rotina de ações, que repetidas e generalizadas, dão forma às **instituições**.

Ao pensar dessa forma, verifica-se que os sistemas produtivos são formados por uma complexidade de instituições, moldadas ao longo do tempo pelo compartilhamento de hábitos, tradições e culturas. Essas, por sua vez, não podem ser negligenciadas como um fator exógeno na análise econômica rural, e sim como um elemento constituinte do próprio sistema de produção. São as instituições elementos determinantes do desempenho econômico e produtivo das organizações rurais. Para Hodgson (1998), as organizações podem ser definidas como um subconjunto especial de instituições. Assim, ao pensarmos as organizações rurais como instituições, determinamos o próprio produtor rural, a partir de seus hábitos, tradições e culturas, como o elemento central dessa vida econômica.

Deste entendimento, uma contribuição do institucionalismo para os estudos rurais é a visão do indivíduo não mais com o objetivo de maximização. O produtor rural não pode ser visto exclusivamente como um ser otimizador, alocando recursos a partir da sinalização de um sistema de preços “eficiente”. O produtor rural é fruto da natureza humana, é um ser repleto de certezas e incertezas, de acertos e erros, limitado racionalmente e, ao mesmo tempo, com lampejos lógicos. Seu comportamento é determinado por seus hábitos e pelas suas experiências prévias. Portanto, ao estudar fenômenos socioeconômicos rurais, compreender essas instituições, formadas por hábitos e normas de comportamento do produtor rural, é tão ou mais importante do que compreender o ambiente institucional legal e/ou normativo que a organização agroindustrial está inserida. Corrobora essa perspectiva a afirmação de Commons (1931) de que a instituição é mais universal na forma de costumes desorganizados do que em interesses organizados, e os costumes que mudam as condições econômicas podem ser mais imprescindíveis do que o decreto de um ditador.

Aliada à posição central do indivíduo, destaca-se a importância do tempo na análise rural. As condições econômicas e sociais do presente são fruto das suas condições prévias. O quadro econômico não pode analisado exclusivamente de forma estática. A história importa. Ou seja, deve-se estudar o processo, numa perspectiva não-determinística, em um caráter eminentemente evolucionário. Assim, a **noção de *path dependence*** deve ser integrada aos estudos da economia rural, e a perspectiva de análise da mudança torna-se central.

Assim, para entender qualquer problemática do mundo rural é necessário entender o comportamento humano, expresso nos hábitos, ações e regras estabelecidos pela generalidade dos indivíduos, e sua relação com o tempo. O indivíduo não pode ser entendido como dado e maximizador, seu comportamento é fruto da sua história e do seu meio, sob uma racionalidade não-substantiva. É nessa integração entre o conceito de indivíduo ativo e *path dependence* que emerge a perspectiva de **mudança institucional**, seja como um processo de causação circular cumulativa de instituições, na visão de Veblen (1898), ou na noção de *reconstitutive downward causation* de Hodgson (2007). Portanto, a ideia de progresso está alicerçada na ideia de mudança institucional. Pode-se também utilizar conceitos evolucionários para entender esse processo de mudança, a partir dos elementos de variação, herança e seleção.

Como as instituições afetam as escolhas e motivações de produtores? De que forma o tempo moldou os ambientes institucionais de diferentes setores agroindustriais? Qual o papel de instituições nos mercados alimentares? Como regras formais (ex. leis, normas, etc.) são reconhecidas e legitimadas pelas instituições de comportamento individual? Ou ainda, por que algumas políticas públicas voltadas à agricultura não são efetivadas ou incorporadas em seu público alvo? Esses são alguns exemplos de questionamentos na área

de economia rural com forte influência dos conceitos de **indivíduo** e *path dependence* da abordagem institucionalista.

Outros dois elementos centrais na economia rural podem ser entendidos como instituições: a tecnologia e os mercados. A tecnologia não pode ser entendida como exógena. Ela tem sua origem em entidade públicas e privadas ou dentro das próprias organizações, a partir do desenvolvimento de um ambiente de P&D. Porém, a tecnologia não pode ser caracterizada como dada, pois a aplicação dela em sistemas produtivos passa, exclusivamente, pela decisão dos produtores em aderirem ou apropriar-se de pacotes tecnológicos. E como já visto, o processo de decisão individual é alicerçado em hábitos e experiências prévias, determinados pelas instituições.

Nessa linha, o Institucionalismo Evolucionário pode contribuir em estudos rurais em duas frentes: a) na análise dos condicionantes institucionais da apropriação de tecnologias por parte dos produtores, a partir da relação entre hábitos de pensamento e as políticas de crédito e assistência técnica disponíveis. A análise de “modelos mentais” dos produtores é uma potencialidade de pesquisa, integrando as contribuições de North (1990) com o institucionalismo evolucionário; e b) no estudo da evolução da mudança tecnológica na agricultura e seu impacto na dinâmica agroindustrial, determinando a tecnologia como elemento de transformação das rotinas das firmas. A questão do aprendizado toma importância. Essa frente tem forte influência neo-schumpeteriana, tendo como referência o trabalho de Nelson e Winter (2015).

Ainda, na economia rural, os estudos sobre mercados tomam posição de destaque. Na abordagem institucional, o sistema de preços é uma convenção e depende de hábitos. Portanto, o mercado é fruto da interação humana, e o institucionalismo é a teoria que examina as instituições na qual os preços estão sendo formados (HODGSON, 1998). Assim, os mercados são instituições, pois refletem o comportamento coletivo e as relações de poder. Na visão institucionalista, não são os mercados que determinam as escolhas dos indivíduos, são os hábitos e ações dos indivíduos que determinam os mercados. E suas condições são dadas pela estrutura social na qual os agentes interagem. Uma estrutura que não é guiada pela benevolência. Como já afirmava Commons (1931), as relações econômicas não são guiadas pela harmonia, mas sim por regulares conflitos de interesses em função do princípio universal de escassez.

Ao invés de enxergarmos um sistema de preços onipresente e onipotente, há de se desenvolver teorias de preços específicas que refletissem as estruturas institucionais do mundo real (HODGSON, 1998). Portanto, é possível estudar as especificidades dos mercados agroalimentares a partir do viés das instituições, onde um mercado pode ser modificado ou até construído pela ação humana, sob uma permanente relação de conflito e poder entre as partes.

Foi nesta visão de “falsa harmonia”, de constante conflito nas relações de mercado, que Commons (1931) determinou as **transações** como principal

unidade de análise na economia. As transações não são a “troca de mercadorias”, mas a alienação e a aquisição de liberdades e direitos de propriedade entre indivíduos, negociados antes que o trabalho possa produzir, ou os consumidores possam consumir, ou até mesmo antes que as mercadorias sejam trocadas (COMMONS, 1931). Não há troca nem consumo antes de uma transação. Essa visão de Commons (1931) associada a natureza da firma de Coase (1937) inspiraram a NEI na formulação da Economia dos Custos de Transação de Williamson (1993).

A partir de 1990, a NEI como corrente teórica dominou os estudos sobre mercados agroalimentares no Brasil. Nesse movimento, a análise dos custos de transação e determinação de estruturas e governança mais eficientes foram os pontos centrais de aplicação. Porém, pouco se avançou nessa corrente na análise das relações de poder em transações agroindustriais. Ponto que a corrente do Institucionalismo Evolucionário pode contribuir, ao dar menos foco para a estrutura de governança e mais atenção às relações sociais presentes nas transações econômicas, especialmente aquelas determinadas por Commons (1931): conflito, dependência e ordem. Um estado ou uma organização podem estabelecer e fortalecer regras que determinam as relações econômicas entre indivíduos em um mercado. Porém, as ações coletivas nas organizações econômicas são mais poderosas que as ações coletivas políticas (COMMONS, 1931), o que pode ajudar a explicar diferentes tipos de conflitos em relações entre produtores e indústrias em cadeias agroindustriais.

Busca-se aqui determinar alguns elementos analíticos do institucionalismo úteis para aplicação em fenômenos da economia rural. Por ser uma abordagem interdisciplinar, outros elementos devem ser adicionados, em especial com a aproximação de outras correntes teóricas. Contudo, Hodgson (1998) destaca algumas questões contemporâneas do institucionalismo que, na perspectiva do capítulo, sintetizam sua importância para os estudos da economia rural:

- a) O institucionalismo não busca ser uma teoria de tudo;
- b) O institucionalismo busca um quadro conceitual coerente com a análise da realidade e viável metodologicamente a partir da interdisciplinaridade;
- c) Estudos com foco no comportamento econômico individual;
- d) Conceito de regras e hábitos como centro da teoria, aproximando-se de conceitos de outras abordagens, como as rotinas neo-schumpeterianas;
- e) Aprendizado e modelos mentais emergem como novas temáticas de estudo.

A partir destes itens, conclui-se que o Institucionalismo Evolucionário apresenta diversos elementos analíticos úteis para compreender o mundo rural. Agora, cabe pontuar alguns temas específicos emergentes nessa linha como:

- a) A análise da trajetória e das mudanças institucionais de diferentes setores rurais;
- b) O papel de hábitos, tradições e normas de comportamento em sistemas produtivos e no processo de desenvolvimento rural,
- c) As relações de poder nos mercados agrícolas;
- d) A avaliação de políticas públicas para agricultura com o foco na capacidade de sua apropriação por produtores rurais;
- e) A inovação e a tecnologia como determinantes da evolução das rotinas das firmas agroindustriais;
- f) As instituições por “de trás” das novas relações de produção e consumo de alimentos,

O institucionalismo fornece a esses temas emergentes uma abordagem interdisciplinar, que suporta métodos de análise quantitativos e qualitativos, estudos comparativos, analogias biológicas e uma contextualização histórica e cultural. É apenas partir dessa pluralidade metodológica, do entendimento de mudança, da exposição do indivíduo e da história como centrais, que poderemos nos aproximar das realidades da economia rural.

Considerações finais

Como fechamento do presente capítulo, é importante destacar que o conteúdo apresentado tem a ideia de fazer a ligação entre o capítulo de abertura deste livro, que traz as contribuições teóricas sistematizadas por Octávio Conceição sobre as instituições, regras e hábitos, e os capítulos subsequentes de aplicações desses elementos teóricos em estudos rurais. Neste sentido, reforça os elementos teóricos e metodológicos do institucionalismo, fazendo o contraponto com a economia neoclássica, mas, ao final, destaca os elementos analíticos do institucionalismo para aplicação em estudos de economia rural.

Resultantes de dissertações e teses em diversas instituições do sul do Brasil, os capítulos a seguir não visam rerepresentar os elementos teóricos, mas aplicá-los em diferentes contextos e utilizando diferentes abordagens metodológicas e analíticas. Em comum, todos os capítulos buscam compreender mudanças no mundo rural, reconhecendo o papel das instituições e dos processos evolucionários, considerando tecnologias e inovações, políticas direcionadas a segmentos específicos da agricultura, ou as dinâmicas dos mercados agrícolas e agroindustriais.

Espera-se que tanto os elementos analíticos sintetizados nesse capítulo, como as análises aplicadas dos capítulos subsequentes, estimulem novos estudos na economia rural a partir dessa abordagem, consolidando uma agenda de pesquisa institucional em diferentes centros voltados ao ensino e a pesquisa da socioeconomia rural.

REFERÊNCIAS

ALCHIAN, A. A. Uncertainty, Evolution, and Economic Theory. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 58, n. 3, p. 211-221, 1950.

AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BOULDING, K. E. Agricultural economics in an evolutionary perspective. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 63, n. 5, p. 788-795, 1981.

COMMONS, J. R. **Institutional economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **The American Economic Review**, p. 648-657, 1931.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 36, p. 25-45, 2001.

DOPFER, K. (org.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DOPFER, K.; POTTS, J. On the Theory of Economic Evolution. **Evolutionary and Institutional Economic Review**, Japan, v. 6, n. 1, p. 23- 44, 2009.

DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 4, p. 153-172, 1994.

DUGGER, W. Radical institutionalism: basics concepts. **Review of Radical Political Economics**, New York, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUGGER, W. The new institutionalism: new but not institutionalist. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n.2, p. 423-431, 1990.

FRENKEN, A. F. K.; IDENBURG, A. M. (coord.). **Environmental policy and modelling in evolutionary economics**. Utrecht: Netherlands Environmental Assessment Agency, 2006.

FREEMAN, C. The “National System of Innovation” in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, p. 5-24, 1995.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: UNICAMP, 2008.

HAMILTON, D. B. **Evolutionary economics**: a study of change in economic thought. New Jersey: Transaction Publishers, 1990.

HAMILTON, W. The institutional approach to economic theory. **The American Economic Review**, v. 9, n. 1, p. 309-318, 1919.

HODGSON, G. M. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? **Evolutionary and Institutional Economics Review**, Japan, v. 4, n. 1, p. 7- 25, 2007.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR “INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: Towards a Comparative Perspective on State Reform”, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HODGSON, G. M. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, v. 39, n. 4, p. 899-914, 2005.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the “old” and the “new”. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, Bolton, v. 25, p. 651-660, 2004.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

MAGNUSON, L. **Evolutionary and neo-schumpeterian approaches to economics**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1994.

METCALFE, J. S. Institution and progress. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v.10, n. 3, p. 561-586, 2001.

MITCHELL, W. The rationality of economic activity: II. **The Journal of Political Economy**, v. 18, n. 3, p. 197-216, 1910.

NELSON, R. R. Bounded rationality, cognitive maps, and trial and error learning. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Amsterdam, v. 67, n. 1, p. 78-89, 2008.

NELSON, R. R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 12, p. 17-28, 2002.

NELSON, R. R. Evolutionary social science and universal Darwinism. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 16, p. 491-510, 2006.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Evolutionary theorizing in economics. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 16, n. 2, p. 23-46, 2002.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Neoclassical vs. evolutionary theories of economic growth: critique and prospectus. **The Economic Journal**, London, v. 84, n. 336, p. 886-905, 1974.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics**: the old and new institutionalism. New York: Cambridge University Press, 1996.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, p. 463-477, 1998.

SAMUELS, W. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, p. 569-590, 1995.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 49, p. 99-118, 1955.

SIMON, H. A. Darwinism, altruism and economics. *In*: DOPFER, K. (org.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STANFIELD, J. R. The scope, method, and significance of original institutional economics. **Journal of Economic Issues**, v. 33, n. 2, p. 231-255, 1999.

SAVIOTTI, P. P.; METCALFE, J. S. Present developments and trends in evolutionary economics. *In*: SAVIOTTI, P.; METCALFE, J. S. **Evolutionary theories of economic change**: present status and future prospects. Chur: Harwood Academic, 1991.

VAN DEN BERGH *et al.* **Evolutionary economics and environmental policy**: survival of the greenest. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2007.

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class**: an economic study in the evolution of institutions. New York: Macmillan, 1899.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

WILLIAMSON, O. E. Transaction costs economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.